



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90436/2024/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0029.068201/2023-91

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente a 210 (duzentos e dez) dias letivos, executáveis no período de 12 meses, no município de Buritis - RO e regiões.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por intermédio de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na Portaria N.º 83/CI/SUPEL, publicada no DOE do dia 18 de novembro de 2024, vem neste ato responder ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail por empresa interessada.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Em 03/02/2025 às 01:49 , até 03/02/2025 às 20:47 e , foi recebido através do e-mail atendimentosupel@gmail.com, pedido de esclarecimento e impugnação formulado por empresa interessada, regendo a licitação as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 dos Decretos Estaduais nº. 28.874/2024, e com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e demais legislações vigentes onde as mesmas contemplam aspectos relativos ao procedimento e prazos efetivos para a tutela pretendida.

O prazo e a forma do pedido de esclarecimento ao edital, bem como a legitimidade do impugnante estão orientados no art. 164 do Lei 14.133/2021, e nos subitem do Edital do Pregão Eletrônico epigrafado.

Em síntese, respectivamente quanto às normas aqui citadas, o prazo é de até 3 dias (úteis) que anteceder a data fixada para abertura da sessão, neste caso marcada para o dia 06/02/2025, portanto consideramos a mesma **TEMPESTIVA**.

2. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO: EMPRESA 01- 0056974612

A licitante em seu pedido de impugnação alegou que:

Diante do exposto, requer-se a impugnação do edital para que:

1. Seja revisado os trajetos 05, 19 e 33 por esta menor do que a quilometragem prevista no edital.
2. Pedimos que seja anexado ao edital os mapas dos trajetos.
3. Pedimos que seja expresso no edital a permissão de subcontratação parcial dos serviços.

3. DO MÉRITO

No dia 03/ de fevereiro , a EMPRESA 01 (0056974612) , adentrou pedido de impugnação com os mesmo questionamentos apresentados anteriormente, já respondido pela Administração por meio dos setor Técnico desta Licitação, sendo a SUGESP-GCOM e SUGESP-GMA - Gerência de Manutenção Automotiva , por meio do Termo Resposta - UZZIPAY (IMP) (0057463741)

Em resignação, alega que as respostas foram respondidas de forma superficiais, ainda configurando os atos das respostas como grave "violação à legislação". Assim passamos a análise de formar didática afim de que este representante legal faça o devido entendimento.

Atento ainda que ao IN SEGES/ME2/2023 Art.17º §2

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

1. RESPOSTA DA SECRETARIA DEMANDANTE - SEDUC-GCS

REVISÃO DOS TRAJETOS 05, 19 E 33 POR ESTA MENOR DO QUE A QUILOMETRAGEM PREVISTA NO EDITAL

RESPOSTA 1: Ao responder ao questionamento, é importante destacar que o procedimento licitatório envolve diversas etapas, sendo uma das principais o Estudo Técnico Preliminar. Neste estágio, a CONTRATANTE mobiliza uma equipe técnica especializada para realizar um levantamento detalhado sobre o objeto a ser contratado, analisando o mercado, as ações anteriores e outras variáveis pertinentes. Como resultado desse processo, são definidos os requisitos a serem atendidos, e a solução mais adequada para a consecução do interesse público é escolhida.

Em relação a desfasagem de trajetos, a administração entende que se houver alguma diferença no quantitativo de quilometragem, seja para mais ou para menos do estabelecido, independente de qual trecho seja e desde de que haja a devida comprovação, será revisto. O que significa que independente de quem for a CONTRATADA, se durante o transcorrer do CONTRATO for identificado algum tipo de inconsistência em uma ou mais rotas precisam ser recalculados, com certeza será feito e desse modo com a máxima certeza pagará pelo serviço efetivamente executado. Evidente que há riscos e que devem ser considerados, mas que tanto a CONTRATANTE quanto a CONTRATADA, **estão sujeitos a arcarem e isto a IMPUGNANTE deveria ter conhecimento suficiente, até porque será muito fácil de comprovar toda execução por meio do sistema de RASTREAMENTO incluso na CONTRATAÇÃO, permitindo total confiabilidade nos dados computados, correto?** Posto isso, não vemos razão para qualquer mudança nos trajetos, o pagamento é por preço UNITÁRIO, ou seja a CONTRANTE pagará a CONTRATADA, por cada QUILOMETRO contratado concretamente executado, como sempre o fez.

Contudo e para não restar dúvidas, esta SEDUC, em face do Pedido de Impugnação, informa que os Mapa de trajetos (0044897157), detalhados na Planilha (0044426663), constam nos autos, o que compete a interessada analisar adequadamente os mesmos. Outrossim, esclarece que os trechos informados, constam em contratação anterior decorrente do Processo nº 0029.18411/2018-89, Contrato 670/PGE-2018.

MAPAS DOS TRAJETOS.

RESPOSTA 2: Inicialmente e em relação aos Mapas do Trajetos, todos constam anexados aos autos 0044897157, restando ao licitante proceder a consulta e realizar análise necessária.

Supletivamente quanto aos custos mão de obra de mecânico, eletricitas, lavador, entre outras funções indispensáveis a manutenção da frota, acreditamos que trata-se de equívoco, pois na Planilha de Custos e Formação de Preços (0056125822) - Composição dos Custos - ITEM 02 - CUSTOS FIXOS - Item 2.7 - Custos de Lavagem de Veículos; e, ITEM 03 - CUSTOS INDIRETOS - Item 4.1 - Custo Indireto - Percentual de 5% (cinco por cento),

Em síntese, o Termo de Referência reflete o produto desse estudo minucioso, que é realizado com antecedência e de forma criteriosa pela CONTRATANTE. Diante disso, a SEDUC esclarece que não se trata de uma contratação inédita, mas, pelo contrário, de um processo baseado em vasta experiência adquirida ao longo das contratações anteriores do mesmo objeto.

PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS

RESPOSTA 3: O instituto da subcontratação legalmente é uma prerrogativa da Administração, pois cabe a esta, permitir ou não, evitando seu negligenciamento. Porém a decisão desta SEDUC, em NÃO ADMITIR a SUBCONTRATAÇÃO do OBJETO, tem como base a CONTRATO em vigor, oriundo do Processo nº 029.18411/2018-89, mas primordialmente a SUBCONTRATAÇÃO, não será admitida visando garantir a qualidade, segurança e controle do serviço prestado aos alunos.

Além disso, a subcontratação pode gerar dificuldades no monitoramento e fiscalização do cumprimento das exigências contratuais, uma vez que a responsabilidade pela execução do serviço pode ser diluída entre diferentes partes. Isso pode comprometer a transparência, a eficiência e a qualidade do transporte, colocando em risco a integridade física e a segurança dos alunos.

Outro ponto relevante é a necessidade de atender aos critérios de acessibilidade, pontualidade e regularidade do serviço, que exigem um compromisso direto e integral por parte da empresa contratada, sem a intervenção de terceiros que não tenham uma relação direta com os compromissos assumidos.

Portanto, para garantir a execução do serviço de transporte escolar com a devida responsabilidade, confiabilidade e segurança, não é admitida a subcontratação, sendo imprescindível que a empresa contratada atue de forma plena e exclusiva.

A decisão está ancorada nos eventos anteriores, onde foi verificado que é possível o atendimento às demandas sem a necessidade de subcontratações, além do que, o gerenciamento das ações, tendo como executora uma única empresa em cada fase ou regional, facilita o controle e confere maior economia processual.

Ante ao exposto, esta SEDUC, manterá a vedação da subcontratação para a pretensa contratação.

[...]

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tabosa Neto, Gerente.**, em 17/02/2025, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Vieira do Nascimento, Assessor(a)**, em 17/02/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques Ramos, Coordenador(a)**, em 17/02/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017

Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 19/02/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0057203948** e o código CRC **813FCF2E**.

1. RESPOSTA DA PREGOEIRA

Considerando os questionamentos levantados, quanto ao MAPA dos itinerário, esta Pregoeira informo que será realizado em Adendo modificador, afim de apresentar ao anexos o referido

MAPA para melhor visualização da rota.

4. DA DECISÃO

Ante o exposto, decido receber o esclarecimento e encaminhado para **Secretaria demandante** para resposta. Dito isto dou por **TEMPESTIVO** os pedidos, com provimento do mérito **IMPROCEDENTE, mantendo assim o Edital e o Termo de referência inalterado.**

Por fim ,tendo em vista as razões esposadas pelo setor competente e técnico SEDUC-GCS .

Em decorrência dos esclarecimentos realizados, dê ciência ao peticionante, via e-mail, através do campo de avisos do Sistema Comprasnet e do sítio oficial desta SUPEL.

Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2025

CAMILA CAROLINE ROCHA PERE

Pregoeira SUPEL/RO

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 27/02/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0057686418** e o código CRC **1030D79D**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0029.068201/2023-91

SEI nº 0057686418